



A CAMPANHA ABOLICIONISTA EM PORTO ALEGRE: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO JORNAL *A REFORMA* (1870-1888)

*Gislaine Borba Ramos*¹

Este artigo tem como objetivo principal discutir algumas questões que são apresentadas no jornal *A Reforma*², de Porto Alegre, em relação ao movimento abolicionista, tanto na Província do Rio Grande do Sul quanto no restante do Império. O jornal *A Reforma* foi fundado em 1869, em Porto Alegre, como órgão de propaganda do Partido Liberal no Rio Grande do Sul. O primeiro número desse jornal foi impresso em 16 de junho 1869³, porém, a sua circulação regular se dá somente a partir de 1870, de terças-feiras a domingos, contendo quatro páginas. Nesse ano inicial de funcionamento efetivo sua tipografia ficava situada à Rua do Barão do Triunfo, 48, esquina com o Beco do João Coelho⁴, tendo como seu administrador João Gonçalves de Oliveira. Em sua página inicial, logo abaixo do nome e de sua caracterização como “Órgão do Partido Liberal”, trazia a seguinte afirmação: “jornal político, noticioso e comercial”, especificando as finalidades para as quais as suas publicações estariam voltadas.

Os integrantes do jornal eram ligados ao Partido Liberal e, segundo Jandira Silva, muitos desses membros participavam de outros grupos, como por exemplo, o Partenon Literário do qual faziam parte Carl Von Koseritz, Aurélio Veríssimo de Bittencourt e Apolinário Porto Alegre, e o Centro Abolicionista de Porto Alegre, o qual era integrado por Antonio Lara Fontoura Palmeiro, Norberto A. Vasques, Inácio de Vasconcelos e Aurélio Veríssimo de Bittencourt. Havia, ainda, aqueles que não estavam ligados a nenhum desses dois grupos, como é o caso do grande líder do

¹ Mestranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. gborbaramos@gmail.com

² O acervo deste jornal encontra-se no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre/RS. Em relação ao recorte temporal, o jornal *A Reforma* foi analisado no período compreendido entre 1870 e 1888, não estando, porém, toda a coleção disponível no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), constando desta coleção apenas os livros referentes ao 1º semestre de 1870, 2º semestre de 1872, 2º semestre de 1879, 2º semestre de 1886, 1º semestre de 1887, 2º semestre de 1888. Ainda, em todas as citações do jornal optou-se por manter a grafia original.

³ SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo et BARBOSA, Eni. *Breve Histórico da imprensa sul-riograndese*. Porto Alegre, CORAG. 1986, p. 152. Este primeiro número está disponível para a consulta, mas em péssimas condições de manuseio, não sendo possível uma melhor análise de seu conteúdo. O número dois não foi localizado no acervo.

⁴ *A Reforma*, Porto Alegre, n.3, 05/01/1870, p. 1.



Partido e fundador do jornal, Gaspar Silveira Martins, Carlos Thompson Flores, Germano Hasslocher, entre outros.⁵

Mesmo que seja possível uma aproximação através da bibliografia e do cruzamento com outras fontes para saber sobre quem estava participando desse jornal, não é possível saber a autoria dos editoriais e artigos publicados, com poucas exceções, visto que a grande maioria dos textos nele publicados não é assinada nesse período pesquisado. No entanto, tal questão tentará ser mediada, quando necessário, com a busca de outros textos ou discursos proferidos por estes políticos e intelectuais, visando a perceber as aproximações e os distanciamentos entre essas diferentes formas de apresentar os projetos políticos em debate.

Ainda, por se tratar de um jornal que funciona como órgão de propaganda de um partido, é necessário ter-se o cuidado de não creditar todas as publicações ao posicionamento do Partido Liberal como um todo, visto que havia discordâncias internas em muitos assuntos, entre eles o da própria emancipação dos escravos. Ângela Alonso vai tratar sobre essas divergências, entre as décadas de 1860 e 1870, apontando que elas não estavam restritas ao Partido Liberal. Segundo a autora,

O debate sobre a reforma da ordem sociopolítica colonial, assentada na escravidão e na monarquia, cindiu a elite política imperial. A ala favorável à modernização da economia e do sistema político queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias. Desse lado estavam membros moderados do Partido Conservador e a maior parte do Partido Liberal. [...] A consequência: crise nos dois partidos e esboroamento do acordo entre as facções da elite que mantinha o *status quo* imperial.⁶

Para Ângela Alonso, essas divergências acabam por causar rupturas dentro dos partidos, surgindo das alas mais radicais o Partido Republicano. Tais divergências também podem ser percebidas dentro da política provincial do Rio Grande do Sul, acompanhando a troca de partido por alguns políticos já mencionados.

Entre eles, pode ser citado o caso de Carl Von Koseritz. Inicialmente a sua filiação política foi no Partido Conservador, em que se torna um dos principais líderes, saindo após conflito com José Bernardino da Cunha Bittencourt, outro grande nome dentro do Partido.⁷ Após essa situação, filiou-se ao Partido Liberal, onde permaneceu até a Proclamação da República. Outro caso seria o

⁵ SILVA, Jandira M. M. da-: CLEMENTE, Elvo et BARBOSA, Eni, Op. Cit, p.152.

⁶ ALONSO, Ângela. A apropriação das ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.89.

⁷ COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011, p.200.



de Aurélio Veríssimo de Bittencourt: inicialmente membro do Partido Liberal, filiou-se ao Partido Republicano, sendo posteriormente um dos principais homens de confiança de Júlio de Castilhos.⁸

Dessa forma, é necessário estar atento a essas questões levantadas, não entendendo as publicações como consenso ou pensamento único daquele grupo que participava do jornal. Por outro lado, a análise do conteúdo do jornal não pode excluir a percepção de que os homens que faziam parte da redação do jornal *A Reforma* ou que com ele colaboravam eram membros de uma elite política e intelectual da Província do Rio Grande do Sul e do Império, tendo alguns deles ocupado altos cargos como Silveira Martins, Florêncio Carlos de Abreu e Silva, Eleutério de Camargo e Antonio Antunes Ribas.

Geralmente, em sua primeira página, o jornal trazia textos de cunho político, como discussões sobre o final de Guerra do Paraguai, por exemplo, que ocupou muitas publicações. Nessa página havia, ainda, textos que exaltavam nomes importantes do próprio Partido Liberal, como Silveira Martins. Era nela, também, que se publicavam as correspondências com notícias do exterior, como Inglaterra, França e Portugal e também notícias transcritas de outros jornais.

Um exemplo de textos da primeira página publicado pelo jornal é este de primeiro de maio de 1870, referente à fundação de sociedades libertadoras no Império e à importante função que estas desempenhariam no processo de emancipação. *A Reforma* aponta que,

Ha mezes publicamos n'esta folha um escripto, tendente a provar que o único meio de realizar-se a emancipação do elemento servil sem graves inconvenientes, era a manumissão mediante o trabalho do mesmo escravo.

Citámos então o exemplo dado ha annos por um cidadão norte-americano, e demonstramos com algarismos perfeita exequibilidade da idéa. Rematamos aquelle nosso escriptto, formando votos para que uma empresa de accionistas tomasse a si tão importante tarefa em todo o imperio, adoptando assim esse systema que aliás já fora ideado pelo patriarcha da independencia, o conselheiro José Bonifacio, muito antes de ser posto em prática pelo norte-americano Mac Donough. Mal pensavamos nós, acostumados como estamos a ver levadas pela onda do indifferentismo as idéas mais uteis e generosas, aventadas no paiz, que em pouco tempo essa idéa encontraria apoio de uma associação.⁹

Através dessa publicação é possível perceber a forma como o jornal entende que deveria dar-se a resolução do problema do elemento servil, “sem graves inconvenientes”, apontando o trabalho como a única saída. O texto vai falar, também, sobre as sociedades libertadoras como um meio de atingir esses objetivos da emancipação gradual e, ainda, traz uma referência a quem considera ser o seu idealizador, Cardoso de Salles, então membro do Partido Liberal na Corte:

⁸ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois prá cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre a literatura e a política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História / PPGUFRGS, 2008, p.62. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/14689>, acesso em 09/12/2011, p.19.

⁹ *A Reforma*, Porto Alegre, 01/05/1870, p.1.



Ainda bem, que corações verdadeiramente liberaes comprehenderam o seu alcance real e lhe dedicaram os seus esforços. E tanto mais grato nos é essa noticia, quando é certo que foi iniciador de d'esse nobre pensamento, um liberal, ha pouco ainda habitante d'esta capital, o Sr. commendador José Luiz Cardoso de Salles, que tambem foi unanimemente eleito presidente da respectiva associação. [...]

Se fôr levado a effeito o plano, e com auxilio de todas as provinciais encorporada a sociedade Emancipadora do elemento servil, estará solvido o problema da abolição e vencida a mais difficil de nossas questões sociaes. A emancipação se operará segura e rapidamente, sem offender o direito de propriedade, sem causar prejuizos a quem quer que seja, e moralizando a classe servil pela contractação ao trabalho.¹⁰

Retomando a questão do trabalho como a saída para o problema servil no Império, conforme apontado no início da publicação do jornal, o texto procura demonstrar que esse tipo de sociedade auxiliaria nesse processo, respeitando principalmente o direito da propriedade. A notícia vai seguir transcrevendo a ata de fundação de tal entidade, mostrando os seis artigos que definiam seu estatuto. No artigo sexto estava definido que a sociedade iria “obrigar os libertados ao trabalho para indenização do custo de suas liberdades”.¹¹ Entre tantos textos e discussões trazidas pelo jornal *A Reforma* na sua primeira página, esse foi um exemplo da forma com que temas como o da escravidão e o da liberdade são apresentados e como o jornal se posiciona perante eles.

Na segunda página estavam as notícias locais e nacionais, ou ainda respostas a adversários políticos, cobranças por melhorias em estradas, limpeza das ruas e terrenos baldios em que o lixo ia acumulando-se questões ligadas ao cotidiano da cidade. Nessa página publicavam-se, em geral, as notícias de fundação de centros abolicionistas por todo o país, notícias de alforrias ou questões envolvendo escravos e libertos, como castigos, punições, crimes.

A edição de 28 de janeiro de 1870, por exemplo, traz a notícia de dois escravos que haviam sido ferrados na testa por seu senhor, um deles Evaristo e o outro Romualdo. O jornal vai informar que o proprietário desses escravos era delegado de polícia da “União”, o Capitão Clemente de Souza Fortes, e que mandou ferrar em suas testas *escravo* e *captivo*. *A Reforma* faz uma forte crítica a esse ato, inferindo que,

A barbaridade e crueza do procedimento do capitão Clemente não carecem commentarios; elle mandou fazer essa obra de caridade nos infelizes escravos com o mesmo sangue frio e consciencia com que, em pleno dia, no meio do pateo da matriz da União, sem respeito ás familias, travou uma renhida lucta com um Cavallo até que o castrou. Em seguida o *manso* (sic) e *pacifico* (sic) delegado se jactava da bravura do seu animo, e da sua *coragem* (sic) civica!

O ferro na testa dos escravos será castigo permitido pelas nossas leis?

O Sr. Itaborahy e collegas podem ser contrarios á emancipação sem que com isso autorisem o ferro em braza e toda essa ostentação de poderio.¹²

¹⁰ Id.

¹¹ Id.

¹² *A Reforma*, Porto Alegre, 28/01/1870, p.2.



Notícias de castigos ou punições aos escravos, por parte dos senhores ou da polícia, são bem comuns no jornal *A Reforma*, já havendo sido analisada essa temática em trabalho de conclusão de curso.¹³ Notícias como essa mostram dois pontos que precisam ser problematizados. O primeiro é referente às questões que vinham sendo discutidas naquele período sobre o “castigo justo”, o direito do senhor sobre a vida do escravo, os limites dessas punições etc. O segundo se refere a uma questão mais política das disputas locais em que a crítica às atitudes daquele senhor em relação aos seus escravos era também uma crítica à atuação política daquele sujeito. No período pesquisado, notícias como a citada aparecem de forma mais regular até 1886, sendo mais escassas entre 1887 e 1888. Sendo esta diferença de um período para outro um ponto a ser pensado.

Nas páginas três e quatro do referido jornal, geralmente havia anúncios, tanto de produtos, quanto de profissionais, como médicos, professores e advogados que ofereciam seus serviços. Havia também anúncios de fugas de escravos, oferecendo recompensa, anúncios de compra, venda e aluguel de escravos, etc.¹⁴ Anúncios como esses referentes aos escravos eram comuns até 1886, aparecendo raramente nos anos seguintes.

Entre tantos anúncios publicados no jornal, um de 11 de novembro de 1870 é muito interessante, pois traz um agradecimento à Sociedade Libertadora, conforme segue:

A liberdade!

Graças á philantropia da Sociedade Libertadora, de que é digno presidente o Illm. Sr. João de Castro Canto e Mello, e á generosidade dos filhos do Illm. Sr. Firmino Antonio de Araujo, Illmos. Srs. Ramiro Ribeiro de Araujo e Palmia Ribeiro, a minha innocente filha Carolina alcançou a liberdade! A mai agradecida.

Porfíria.¹⁵

Notícias de agradecimento como essa, ainda mais por uma alforria alcançada, não são comuns entre as publicações do jornal. Contudo, nesse período vinham sendo publicadas muitas notícias sobre as atividades desenvolvidas por essa Sociedade Libertadora de Crianças Escravas, que estava atrelada ao Partenon Literário.

¹³ RAMOS, Gislaine Borba. “*Anda que ninguém te valerá*”: violência contra escravos nas páginas do jornal *A Reforma* (Porto Alegre, 1870-1888). UFRGS: Trabalho de Conclusão de curso em Bacharelado em História, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/30470> acesso em 22 de agosto de 2011.

¹⁴ Sobre os anúncios de compra, venda e aluguel de escravos é interessante o artigo de Natália Pinto em que a autora analisa os ofícios e o sexo dos escravos a partir das informações disponíveis nesses anúncios. Ver: PINTO, Natália Garcia. *E o trabalhador é cativo: O escravo urbano e seus ofícios na cidade de Rio Grande (1848-1852)*. IX Encontro Estadual de História – ANPUH/RS, 2008. Disponível em http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1211146629_ARQUIVO_EoTrabalhadoreCativo.pdf. Acesso em 21/03/2012.

¹⁵ *A Reforma*, Porto Alegre, 08/11/1870, p.3.



Embora as publicações das páginas três e quatro sejam interessantes, podendo em algum momento ser utilizadas, elas tem, quase sempre, um caráter comercial, em que são apresentados anúncios de compra e venda, oferta de produtos e serviços. O foco deste trabalho será nas páginas um e dois, pois são nestas que se encontram publicadas as principais questões sobre escravos e libertos, em forma de artigos, notícias ou transcrições de debates em outros jornais ou no parlamento.

Sobre a utilização da imprensa como fonte de pesquisa, Cláudio Pereira Elmir faz algumas considerações sobre aquilo que acredita ser fundamental: utilizar este tipo de fonte como objeto. Para o autor, existe uma diferença entre tratar a imprensa como fonte de informação ou como fonte histórica.¹⁶ Cláudio Elmir vai apontar que o papel da imprensa não é apenas o de informar a história, devendo ser analisada de forma rigorosa, realizando uma leitura “meticulosa, demorada e exaustiva” e sempre mediada por outros documentos.¹⁷

Essas questões apresentadas por Cláudio Elmir são fundamentais porque permitem uma maior reflexão no uso do jornal como fonte. Ao deparar-se com a enorme quantidade de informações publicadas diariamente no jornal é possível, e às vezes até frequente, a sensação de se estar diante do cotidiano do contexto com o qual se está trabalhando, aproximando-se daquela realidade. No entanto, conforme apontado por Elmir é necessário ter cuidado ao realizar tal análise a fim de evitar equívocos interpretativos. Em relação à forma de análise desse tipo de fonte, Cláudio Elmir infere que:

É preciso não desconsiderar, assim, a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação à nossa experiência de leitura. Um pesquisador não pode “passar os olhos” sobre o jornal, senão como primeiro passo para detectar, dentro do universo dos seus interesses, onde está o texto que merece a sua leitura intensiva.¹⁸

A partir dessa consideração, Cláudio Elmir aponta para os diferentes tipos de leitores que entram em contato com o mesmo jornal, ressaltando a diferença entre a leitura realizada por um pesquisador e a realizada por seus contemporâneos, estando a nossa leitura empírica pautada por aporte metodológico e teórico que possibilita que façamos essa mediação entre o contexto sobre o qual pesquisamos e aquele em que estamos inseridos.

¹⁶ ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. In: *Cadernos de Estudo n.13*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 1995, p.20.

¹⁷ Id. p.21.

¹⁸ Id. p.22.



Nesse sentido, ao analisar a forma com que o jornal tratava as questões relativas à escravidão e liberdade, é preciso ter claro o grupo ao qual o jornal estava ligado, ou seja, membros pertencentes à elite. Um interessante trabalho para pensar a noção de elite e a forma como essa elite provincial se articulava com a elite imperial é o de Jonas Vargas.

Nesse trabalho, Vargas analisa, através de método prosopográfico, inspirado nas noções de *rede social e mediador*, a elite gaúcha no período compreendido entre 1868 e 1889, buscando entender as estratégias familiares utilizadas por ela para uma aproximação com o centro das decisões na Província do Rio Grande do Sul e no Império.¹⁹ Jonas Vargas faz uma distinção entre os tipos de elite. Ele vai identificar uma *elite política provincial* e uma *elite provincial*. Para o autor,

[...] A *elite política provincial* [...] baseia-se nos altos cargos políticos ocupados. Portanto, quando falarmos da elite política provincial, estaremos nos referindo aos conselheiros e ministros de Estados, aos senadores e aos deputados gerais e provinciais, em suma, mediadores políticos. [...] As *elites provinciais* englobavam e ultrapassavam o grupo delimitado como “elite política”. Nelas estão elementos da alta burocracia e da política, homens ricos e com atividades diversas, [...] e profissionais liberais do mundo urbano [...].²⁰

Essa definição de Vargas sobre as elites contribui para esta pesquisa na medida em que possibilita perceber as diferenças existentes entre os membros que estavam envolvidos na publicação do jornal *A Reforma*. Tratá-los como grupo homogêneo, esquecendo as especificidades, significaria comprometer os resultados da análise.

Ao tratar sobre a formação acadêmica da *elite política provincial*, Jonas Vargas traz outra contribuição fundamental. Ele vai apontar que redes foram sendo construídas, durante o período de formação, por boa parte da elite provincial proveniente de Rio Grande, Bagé e Porto Alegre, que se deslocavam em sua grande maioria para São Paulo, onde acabavam criando laços de amizade e reciprocidade. Ele demonstra em sua pesquisa que, de certa forma, essas redes auxiliariam no êxito das carreiras políticas.²¹

Numa sociedade onde a informação segura era um bem valioso, os espaços de sociabilidade como clubes, as irmandades e as associações ajudavam a dar maior coesão e segurança às relações sociais e políticas e à própria circulação de informações. Neste sentido, os partidos eram apenas mais um destes espaços que podiam privilegiar os seus adeptos com cargos e favores, mas não menos que os irmãos de uma loja maçônica, os colegas de uma turma de faculdade ou os camaradas de um comando militar, por exemplo. Não queremos com isto negar a força das ideias e dos discursos proferidos no parlamento. No entanto, os atores que não subiam neste palco acabavam interpretando os papéis mais importantes de uma peça na qual as elites trocavam o figurino sem sair de cena.²²

¹⁹ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de Mestrado /PPGUFGRS, 2007. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/13085>, acesso em 10/12/2011.

²⁰ Id. p.37.

²¹ Id. p.68.

²² Id. p.259.



O autor entende essa preocupação das famílias em mandarem seus filhos para fora da Província, a fim de obterem a formação superior, como uma estratégia para que estes conseguissem ser inseridos na elite política provincial. apesar de serem poucos os que conseguiram ocupar esses cargos, o autor tenta demonstrar que essas redes de sociabilidade construídas ao longo do período de estudos acabam trazendo outras possibilidades, como auxílio na busca por emprego ou ajuda em caso de dificuldades.²³

Embora Jonas Vargas trate de um grupo que, em sua maioria, havia concluído os seus estudos e tinha alcançado importantes cargos, nem todos os membros do jornal *A Reforma* partilharam dessa realidade. Muitos não possuíam curso superior completo, como Apollinário Porto Alegre, ou nem mesmo haviam iniciado os estudos superiores, como Carl Von Koseritz e Aurélio Veríssimo de Bittencourt.²⁴ Porém, estavam inseridos dentro do grupo denominado elite provincial, participando também dos debates e discussões que envolviam estas redes de relações e sociabilidades, atuando como professores ou jornalistas.

Mesmo que este trabalho tenha um tema a partir de um objeto de pesquisa ligado a um grupo da elite, o Partido Liberal, não se trata aqui de reconstruir uma história política sobre a escravidão, exaltando os nomes dos principais líderes do partido e a forma como estes atuaram a favor da abolição. Busco, conforme mencionado anteriormente, refletir sobre como estas questões estavam sendo discutidas pelo jornal, entendendo que as práticas sociais de todos os agentes envolvidos - políticos, movimento abolicionista, escravos, libertos - influenciavam direta ou indiretamente no que estava sendo discutido e publicado naquele período no jornal *A Reforma*.

O marco temporal da pesquisa, entre 1870 e 1888, foi estabelecido por ser esse um período em que as discussões, no Brasil, em torno da questão da emancipação dos escravos alcançaram maior intensidade. Nesse período, as principais leis em relação à escravidão entraram em discussão, como a Lei do Ventre Livre, que gerou mobilização tanto por parte dos políticos como por parte da sociedade que iniciou um movimento mais sistemático, contrário à escravidão.

Sobre esse período pesquisado, Wlamyra Albuquerque, em trabalho que trata sobre a abolição e a questão da cidadania e que tem como recorte espacial o estado da Bahia, entende que:

²³ Jonas Vargas vai demonstrar como foram sendo construídos vínculos, desde o período de formação em São Paulo, no curso de direito, entre Gaspar da Silveira Martins, Antonio Antunes Ribas e Florêncio Carlos de Abreu e Silva, três importantes nomes do Partido Liberal e que foram integrantes do jornal *A Reforma*. VARGAS, op.cit.

²⁴ SILVEIRA, Op.Cit.



Nas décadas de 1870 e 1880, o debate sobre os prejuízos provocados pelo fim do tráfico atlântico deu lugar às discussões sobre as saídas possíveis de uma sociedade escravista. A condição social e a cidadania reservada a “pessoas de cor” – como eram geralmente denominados os não brancos [...] estavam na ordem do dia. Diante da propagação das ideias abolicionistas, da rebeldia dos cativos e da crescente ingerência do Estado Imperial nas relações escravistas, cresciam as tensões e incertezas acerca do desfecho da questão servil no Brasil.²⁵

Para Wlamyra Albuquerque, é importante perceber a forma como a noção de raça compareceu no debate de emancipação da escravidão no Brasil. A autora entende que o processo de emancipação foi marcado “pela profunda racialização das relações sociais”.²⁶

Fazendo uma crítica a Escola Sociológica da USP, Célia Azevedo, em trabalho que trata sobre os projetos que foram sendo elaborados em relação ao elemento servil ao longo do século XIX, projetos emancipacionistas, imigrantistas e abolicionistas²⁷, traz uma importante contribuição, entendendo que havia “medo” por parte das elites paulistas em relação às ações dos negros, o que causava temor e influenciava nas decisões dessas elites. Em relação às décadas anteriores à abolição, Célia Azevedo infere que:

A grande questão debatida tão longamente durante todo o século XIX – o que fazer com o negro livre ou quais os controles institucionais necessários para mantê-lo subordinado ao branco – estava a exigir agora uma premente resposta, qualquer coisa capaz de aliviar, mesmo que temporariamente, a angustiante tensão entre negros e brancos. Mas, antes que a lei de Abolição, [...] viesse sancionar uma situação já existente de fato, muitas lutas ainda seriam necessárias para que os negros conquistassem sua liberdade sem nenhuma restrição institucional [...].²⁸

Pensando no contexto de São Paulo, nesse período, e na vitória do projeto imigrantista para aquela província, Azevedo, entende que os projetos que foram pensados para a problemática da mão de obra escrava estavam baseados em premissas étnico racistas, cuja principal solução encontrada, após intensos debates, foi a substituição por mão de obra do imigrante europeu.

Observando os debates sobre a questão servil, Azevedo vai entender que havia uma “associação direta entre os males da escravidão e a inferioridade racial”, em que o trabalho escravo era visto como irracional e o trabalho livre como racional. Segundo Célia Azevedo,

Para além desta argumentação puramente liberal, é preciso lembrar que os reformadores que nos século XIX se viram às voltas com uma tal questão bebiam de outras fontes recém-abertas pelos teóricos das raças humanas e das aptidões naturais. Portanto, argumentos liberais e raciais convergiam para que a suposta irracionalidade da escravidão fosse explicada tanto em termos de caráter compulsório de seu regime de trabalho quanto pela inferioridade racial dos escravos africanos.²⁹

²⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.33.

²⁶ Id. p.37.

²⁷ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites do Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

²⁸ AZEVEDO, Op. Cit. p. 179.

²⁹ Id, p.55.



Para a autora, seria esta convergência de argumentos liberais e raciais que pautou os projetos, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, em relação à questão servil. Nesse sentido, Célia Azevedo e Wlamyra Albuquerque se aproximam ao perceberem que, para além de questões econômicas e políticas, a questão racial estava inserida nessas discussões.

Nesse sentido, os argumentos apresentados pelas duas autoras em relação ao processo que levou à Abolição, mesmo que tenham outro recorte espacial, São Paulo e Bahia, contribuem para pensar a forma como se deu esse processo em Porto Alegre, levando em conta as especificidades e o contexto próprio, mas inserido dentro de uma conjuntura de debates que estavam sendo travados em todo o Império.

A escolha de Porto Alegre como recorte espacial foi estabelecida a partir de uma preocupação inicial com a suposta “abolição antecipada” em 1884, em que a maioria dos escravos da Província do Rio Grande do Sul teriam sido emancipados nesse ano, sendo encontradas referências a esta questão tanto nas fontes do período como na bibliografia que tratou desse tema, havendo muitas divergências sobre os resultados desse evento.³⁰ Autores como Margareth Bakos vão entender como sendo uma farsa, pois, para a autora, a maioria das alforrias naquele evento foi concedida com cláusulas de prestação de serviços. Já Verônica Monti vai entender, assim como os contemporâneos daquele processo, como algo glorioso³¹. Essas duas interpretações opostas apontam para uma necessidade de retomada não apenas dos eventos de 1884, mas indicam a necessidade de ser retomado o processo de Abolição e os seus encaminhamentos em Porto Alegre, haja vista as tantas lacunas ainda existentes.

Paulo Moreira, em importante estudo sobre as experiências negras, vai perceber uma partidarização do movimento emancipacionista em Porto Alegre, nesse período. Para o autor,

[...] o movimento emancipacionista, quando teve a sua liderança tomada por membros da elite econômica e política local, passou a preocupar-se em criar símbolos que marcassem a sua ascensão, como bandeiras e manifestações festivas, buscando consenso e apoio da sociedade em geral. Além disso, era também uma intenção de seus promotores deixarem para as gerações futuras um relato detalhado das ações beneméritas praticadas.³²

³⁰ BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; MONTI, Verônica A. Martini. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985.

³¹ MONTI, Op. Cit. p.98.

³² MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003, p.170.



Esse autor aponta que havia uma perspectiva de se criar uma narrativa oficial daqueles eventos ocorridos em Porto Alegre, sendo tais fatos narrados pela imprensa, além de outros materiais organizados por esses próprios abolicionistas, que são citados por Moreira.³³

Maria Angélica Zubaran, em artigo que trata sobre os discursos políticos que foram sendo construídos em torno da data de 1884, em Porto Alegre, vai entender que foi se constituindo uma memória social sobre tal evento.³⁴ Aproximando-se da questão apontada por Moreira quanto à construção de uma narrativa oficial do movimento abolicionista, a autora vai entender que esse tipo de formulação estava pautado na tentativa de mostrar o Rio Grande do Sul como tendo um pioneirismo em relação ao restante do Império na solução dos problemas da escravidão. Para Zubaran,

[...] as elites políticas regionais construíram um discurso regional abolicionista que se apropriou das narrativas de um passado glorioso de tradições libertárias rio-grandenses para legitimar a estratégia da emancipação condicional promovida pelo movimento emancipacionista de 1884. Esse discurso regional abolicionista circulou na imprensa local, nas atas da Câmara Municipal de Porto Alegre e nas falas do Presidente da Província e esteve associado a um conjunto de símbolos construídos em torno do marco abolicionista de 1884.³⁵

Zubaran pauta a sua crítica na afirmação de que foi silenciada a participação de africanos e afro-descendentes neste processo, ficando como narrativa oficial os discursos produzidos pelo Partido Liberal, Conservador e Republicano. A autora faz menção às várias instituições negras em funcionamento em Porto Alegre, neste período, que não são citadas por esse discurso oficial, como a Confraria de Nossa Senhora do Rosário e a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora.³⁶ Para Zubaran, em relação à dita alforria em massa de 1884,

Os políticos rio-grandenses, liberais, conservadores dissidentes e republicanos, acordaram um compromisso político para emancipar os escravos da província concedendo-lhes emancipação condicional, que idealmente impediria os libertos de se entregarem à “vadiagem” e permitiria que seus senhores continuassem a utilizá-los ao mesmo tempo em que os declaravam nominalmente livres.³⁷

³³ Moreira faz menção ao *Livro de Ouro dos Abolicionistas* e o *Livro de Atas do Clube Abolicionista*, que teriam sido doados ao município, os quais traziam uma versão “oficial” daqueles eventos. p.170.

³⁴ ZUBARAN, Maria Angélica. *A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre*. Revista de História e Estudos Culturais Fênix. Ano 6, n.3, 2009. Disponível em http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_3_DOSSIE_Maria_Angelica_Zubaran_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf acesso em 07/12/2011.

³⁵ Id. p.2.

³⁶ Id. p.3.

³⁷ Id. p.8.



Ao entender esse processo e a forma como ele foi apresentado como um acordo entre as elites políticas,³⁸ que acabou por constituir uma “versão oficial”, Zubaran salienta que houve um silenciamento em relação à participação dos africanos e afrodescendentes no movimento abolicionista.

Nos textos publicados no jornal *A Reforma* não há referência à participação de escravos ou libertos nesse movimento em Porto Alegre ou em quaisquer outras localidades do Império. Por se tratar de um órgão partidário, em geral, as suas páginas trazem questões políticas relativas à escravidão, como essa publicação do dia 8 de junho de 1870:

Libertação de escravos: - Enquanto o ministério forla a coroa a guardar inteiro silencio sobre o elemento servil, deixando assim compromettida não só a coherencia do imperador, mas ainda e sobretudo uma questão da maior importancia na actualidade, o povo, em cujo o coração a idéa calou e ha de fazel-a triumphar quando sua opinião puder prevalecer, quando não houverem representantes da policia e sim da nação, o povo, dizemos; vai todos os dias fazendo prevalecer o grande principio do direito, de liberdade.³⁹

Embora nesse texto acima haja referências sobre o “povo”, esse não é identificado, não ficando claro quais pessoas ou grupos estariam inseridos nessa denominação. Ainda, fica evidente a cobrança por um posicionamento do Imperador quanto à questão da escravidão, em um período em que as discussões sobre esse tema estavam entrando em sua fase mais acirrada. A crítica a essa falta de posicionamento da autoridade em relação ao elemento servil indica que as decisões a esse respeito, segundo o texto, deveriam ser estabelecidas pelo governo, apontando o importante papel do Imperador nesse aspecto. Questões como as apresentadas nesse trecho são frequentes nas publicações do jornal *A Reforma*, que se posiciona em relação ao centro das decisões políticas no Império, inserindo-se nos debates que estão em pauta, já indicados por Vargas quando trata da relação entre as elites províncias e a inserção dessas na política imperial.⁴⁰

Autores como José Murilo de Carvalho e Margareth Bakos vão interpretar o processo de Abolição a partir de questões políticas, buscando na análise das elites a compreensão desse processo, apresentando, contudo, argumentos diferentes entre si. Uma vez que essa pesquisa trata de um jornal ligado a um grupo político, o Partido Liberal, as informações apresentadas pelos autores citados permitem pensar os limites e as possibilidades dessa elite no que se refere ao processo de Abolição, sendo possível, também, cotejar com as questões que estavam sendo apresentadas pelo

³⁸ Zubaran vai indicar que essa sua forma de análise foi inspirada no trabalho de Sandra Pesavento, *A invenção da sociedade gaúcha*, em relação à construção de uma identidade gaúcha, definindo-se como “naturalmente” liberais. Referência: PESAVENTO, S. J. *A invenção da sociedade gaúcha*. Ensaio FEE, Ano 2, n.14, 1993.

³⁹ *A Reforma*, Porto Alegre, 08/06/1870, p.2.

⁴⁰ VARGAS, op. cit.



jornal. O texto de Margareth Bakos, escrito na década de 1980, vai analisar a participação dos diferentes partidos, Liberal, Conservador e, posteriormente, Republicano, através da pesquisa em seus órgãos de imprensa.⁴¹ A autora vai entender que,

[...] O processo abolicionista revestiu-se na Província, de importância apenas no plano político-partidário, por não haver mais no Rio Grande do Sul, na década de 78-88, necessidade econômica de manter-se a escravidão. Os interesses em jogo eram individuais e não refletiam as necessidades da economia gaúcha como um todo. Tal processo representou a luta, a nível ideológico, entre liberais e conservadores por um lado, tentando promover-se ao explorar a questão e, por outro lado, a luta entre os partidos monárquicos e republicano, quando este último tentou impor-se como partido inovador, representativo das novas necessidades e interesses regionais.⁴²

Bakos vai concentrar a sua análise nos debates políticos em relação à Abolição. Para a autora, nos últimos anos de escravidão não havia mais necessidade econômica de sua manutenção, entendendo que: “É possível afirmar que o modo de produção rio-grandense não é prejudicado ao longo do processo de desagregação da ordem escravocrata, se comparado com as províncias monocultoras, pois a economia gaúcha, no processo descrito de reciclagem interna, estriba-se basicamente no trabalho livre.”⁴³ Nesse sentido, Bakos vai fundamentar seu argumento de que a Abolição teve importância apenas no campo político para a Província, apontando que a escravidão não interferia no processo econômico, visto que a maior parte da mão de obra era de trabalhadores livres nesse período.

Esse tipo de análise apresentada por Bakos foi utilizada durante muito tempo, por uma historiografia tradicional, que acabava amenizando a importância do trabalho escravo na Província do Rio Grande do Sul. Em trabalho que analisa questões referentes à escravidão e à liberdade na Vila de Cruz Alta, Thiago Araújo⁴⁴ realiza uma importante crítica a essa historiografia tradicional.⁴⁵ Ele identifica que, embora, esses autores acreditassem que a utilização da mão de obra escrava não era economicamente importante, havia a utilização dessa mão de obra, que pode observada através de pesquisa empírica, sendo necessário, então, que houvesse “uma explicação para a sua

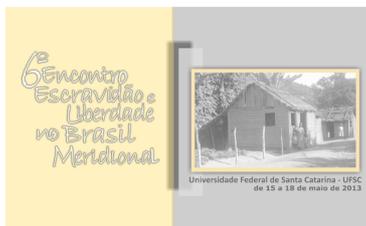
⁴¹ BAKOS, op. cit.

⁴² Id. p.10.

⁴³ Id. p.34.

⁴⁴ ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade* : políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História / PPGUFRGS, 2008. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/17528> acesso em 29/03/2012.

⁴⁵ A crítica do autor é direcionada principalmente aos argumentos utilizados por Décio Freitas e Mário Maestri quanto à utilização da mão de obra escrava na pecuária. FREITAS, D. *O Capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1980; MAESTRI FILHO, M. *O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1984.



presença”.⁴⁶ Nesse sentido, Araújo busca mostrar, a partir da análise da utilização da mão de obra escrava na agropecuária, os mecanismos que permitiram a manutenção desse sistema.

Tanto os autores criticados por Araújo, quanto Bakos, aproximam muitas de suas explicações ao trabalho de Fernando Henrique Cardoso, influência essa que acabou marcando boa parte da produção desse período no Rio Grande do Sul.⁴⁷

Margareth Bakos analisou em seu trabalho fontes de origem política, os jornais partidários. Nesse sentido, suas análises são guiadas pelas questões que estão sendo apresentadas por essas fontes. Para a autora,

Toda a resistência no sentido da abolição pode ser atribuída ao caráter político-administrativo partidário que a questão servil assume no Rio Grande do Sul. As transformações econômicas e as contradições ideológicas permitem que a extinção da escravatura receba mais importância no conflito regional, deixando de ser uma simples questão para tornar-se um tema fundamental e indicador do posicionamento dos homens frente às modificações estruturais que vivenciavam.⁴⁸

A análise de Bakos vai indicar que a Abolição alimentou os debates na arena política, auxiliando no confronto entre as diferentes posições que os sujeitos ocupavam naquela cena, muito mais do que uma preocupação real com as condições dos escravizados.

Ao analisar aquele período a partir de fontes como esse tipo de jornal, de forma isolada, sem comparar com outros documentos, não é difícil de chegar às mesmas conclusões de Bakos. No entanto, há necessidade de se entender o processo de Abolição de modo menos polarizado das disputas políticas, levando-se em conta outras relações, preocupações e sujeitos que estavam envolvidos nesse processo.

Um exemplo de como as publicações do jornal podem direcionar as análises e indicam a necessidade de cautela em sua observação é o texto publicado no jornal *A Reforma* no dia primeiro de dezembro de 1870. Esse texto foi assinado no final por Silveira Martins e fazia referência a uma reunião no Palácio da Presidência da Província, que ocorreu em 28 de novembro de 1870, em que estiveram presentes também membros do Partido Conservador, como um dos principais desafetos do Partido Liberal da Província, o Sr. Bittencourt.

⁴⁶ ARAÚJO, op. cit. p.14.

⁴⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

⁴⁸ BAKOS, op. cit. p.35.



Sobre essa reunião convocada pelo Presidente da Província, Francisco Xavier Pinto Lima⁴⁹, que era do Partido Conservador, com o objetivo de criar uma Sociedade Emancipadora, Silveira Martins vai iniciar falando que,

Honrado, como alguns outros amigos políticos, com um convite de S. Ex. para as 7 horas da tarde do dia 28 passado, no palacio da presidencia, compareci, com tanto mais prazer quanto por justo impedimento, enfermidade ou ausencia, deixavam de fazel-o quase todos os meus amigos convidados, e eu tinha empenho em manifestar, que os liberaes sabemos harmonisar os principios políticos com os deveres de sociabilidade.⁵⁰

No início de seu texto, Silveira Martins procura demonstrar a sua disposição em tratar com seus adversários políticos, considerando a questão que iria ser debatida. Esse político também irá colocar-se nesse trecho como alguém que realmente se preocupa com os princípios políticos, pelo fato de haver comparecido a tal reunião, sem buscar artifícios para não participar de tal evento, como fizeram outros políticos de seu próprio partido – aos quais ele irá chamar de “amigos”. Em relação ao problema que estava sendo debatido, nessa reunião, Silveira Martins tece as seguintes considerações:

Seria eu desleal á minha consciencia, e ás minhas idéas politicas, se não correspondesse com a maior franquesa ao franco procedimento do presidente da provincia, e não só em meu nome, o que para S. Ex. já não era uma novidade, mas em nome do partido á que pertenço, e que me constituiu em seu órgão, fiz a seguintes ponderações:

Quando outro motivo não houvesse para não podermos os liberaes prestar apoio á idéa aventada, um dever de deferencia para com o chefe do nosso partido, o nobre conde de Porto Alegre, nol-o impediria, pois é presidente d’uma sociedade d’essa natureza, que se não tem feito muito, muito pôde fazer, e decerto fará, se fôr animada; ao passo que mata a, pela criação d’uma sociedade official, é desautorar o partido na pessoa de seu benemerito chefe.

Que, além d’isso, ás idéas politicas do partido liberal repugnavam as criações não expontaneas, filhas só da bafagem do governo como a que se projectava; se era uma obra pia, como se havia dito, o partido liberal deixa isso á virtude de cada um, e não enlibia o sentimento de caridade individual substituindo pela caridade official; se era uma reforma social, como eu entendia, por mais que a quizessem separada da política, jamais o

⁴⁹ Pinto Lima faz uma crítica à imprensa em relatório dirigido a Assembleia Provincial, em 14/03/1870, segundo ele, tratando da questão da tranquilidade pública, “não tem sido alterada a tranquilidade publica na Provincia, e nem diviso motivos pelos quaes haja receio d’isso, graças ao espirito ordeiro e pacifico de seus habitantes, que sempre sabem mostrar-se patriotas, quer nos serviços prestados aos paiz nos campos de batalha, quando a honra nacional exige, quer respeitando as instituições creadas pela Carta Constitucional, que garante nossas liberdades. E se porventura alguma voz na imprensa prega doutrinas que podem fazer desgarrarem-se animos incautos, não encontra echo, e perde-se nos ares”. Esta parece ser uma crítica direcionada ao Partido Liberal e seu órgão de imprensa. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/903/000004.html>, acesso em 10/01/2012.

Em relatório dirigido a seu sucessor, no ano de 1871, Pinto Lima declara que iniciou seu mandato em 04/11/1870 (ou seja, apenas 24 dias antes da dita reunião), infere as suas dificuldades em administrar a Província, pois lhe foram dados “poucos beneficios”, aponta que fica feliz com a escolha de seu sucessor, João Simões Lopes, por ser este um “rio-grandense dotado de patriotismo e intelligencia”. Pinto Lima não faz nenhuma referência a questão da escravidão, nem da sua tentativa de fundar um centro abolicionista. Relatório com que o Exm^o. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração desta Província ao Exm^o. Sr. Coronel João Simões Lopes no dia 24 de maio de 1871. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1075/000001.html>, acesso em 10/01/2012.

⁵⁰ *A Reforma*, Porto Alegre, 01/12/1870. p.1.



conseguiriam; porque as reformas sociais para se realizarem, encarnam-se nas idéas políticas, e como esta constituem bandeira de partido.⁵¹

Nesse trecho do texto de Silveira Martins ficam explicitadas três importantes questões. A primeira se refere à inserção desse político no partido e, muito mais do que isso, à posição que ocupava naquele momento. Silveira Martins se coloca como porta-voz do Partido Liberal, marcando suas posições naquela reunião como sendo a do partido como um todo.

A segunda questão, apontada por ele, e que parece ter fundamental importância, é o fato de um centro abolicionista em funcionamento naquele período, ser comandado por um dos líderes do partido, o Conde de Porto Alegre. Essa questão será retomada no último capítulo da dissertação, quando tratarei do movimento abolicionista em Porto Alegre.

O último e importante ponto a ser observado, nesse trecho citado, é o posicionamento de Silveira Martins quanto às reformas sociais e a forma como ele acredita que essas devam ser encaminhadas, reservando à política esta tarefa. Para ele, a sociedade em geral poderia promover meios para amenizar e auxiliar os escravos, através de ações filantrópicas, mas ao governo não caberiam tais ações, apenas as políticas e leis mais efetivas. Esse argumento utilizado por Silveira Martins entra em contradição com o fato de um membro de seu partido estar à frente de um centro abolicionista. No entanto, naquele momento, o partido que está no poder é o Conservador, ficando a expectativa de que este argumento estivesse mais ancorado nas disputas políticas da Província.

Silveira Martins segue a sua fala explicitando que não concorda com o que se discute na reunião de 28 de novembro de 1870, ressaltando que tais questões seriam discutidas de forma mais eficaz no parlamento, e que uma sociedade libertadora criada pelo governo faria uma emancipação parcial em que, além de esvaziar os cofres do governo, não resolveria o problema da escravidão. Finalizando a sua fala, e sugerindo que o Partido Conservador deveria entregar seus cargos, Silveira Martins assinala que

A nossa questão é de governo, e isso apenas provaria que uma idéia liberal estava triunfante na opinião, e que aos chefes d'esse partido deveriam ser entregues as redeas do governo. Infelizmente, para o Brasil, ha muitos brasileiros ainda, entre os homens eminentes opostos á emancipação, sem fallar na maioria dos grandes fazendeiros do imperio, adversarios decididos e formidaveis d'esta ideia generosa.⁵²

A partir dessa publicação, e baseando-se nas considerações feitas por Silveira Martins, é possível, conforme mencionado anteriormente, realizar uma análise centrada apenas no debate

⁵¹ Id.

⁵² Id.



político em relação aos projetos e ações efetivas que estavam sendo colocadas em pauta naquele momento. No entanto, esse mesmo texto de Silveira Martins possibilita pensar questões que vão além do aspecto político, mas que estão do mesmo modo inseridas nesse processo, como a forma de participação desses sujeitos em sociedade e as diferentes relações provenientes dessa participação - a inserção em centros abolicionistas, por exemplo. O próprio jornal vai indicando caminhos que podem ser observados, abrindo perspectivas e apontando possibilidades que ultrapassam o debate meramente político.

Embora percebendo a Abolição também a partir de um viés político, assim como Bakos, José Murilo de Carvalho, em artigo publicado em finais da década de 1980, procura perceber de que forma as discussões sobre a escravidão estão inseridas dentro de um contexto de construção de um Estado brasileiro ou da nacionalidade brasileira.⁵³ Segundo o autor, comparando o Brasil com a Europa e os Estados Unidos, em relação aos argumentos pelos quais se pautavam os abolicionistas,

Na tradição luso-brasileira predominam razões políticas antes que religiosas ou filosóficas. Antes da Independência, os argumentos baseados na fé cristã eram contrabalanceados e frequentemente derrotados pela razão colonial, isto é, pelos interesses do Estado português. Após a Independência, a razão nacional, vale dizer, os argumentos baseados em concepções diversas dos interesses do País, adquire a supremacia: a liberdade não é vista como um problema individual, mas como uma questão pública.⁵⁴

Para Carvalho, a defesa da liberdade na Europa e nos Estados Unidos estava pautada por questões religiosas, em que o principal argumento era o da igualdade entre os homens, ou por questões filosóficas, que entendiam a liberdade como um direito natural. Havia ainda, os fisiocratas, que acreditavam que o trabalho livre era mais lucrativo.⁵⁵

Carvalho vai refletir sobre a realidade brasileira em relação à Abolição utilizando como fonte o livro de Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*. Para Carvalho, a partir dessa análise foi possível perceber que o que pautava os argumentos desse abolicionista não eram nem questões religiosas nem filantrópicas, mas sim as questões políticas. Em sua análise, José Murilo de Carvalho vai entender esse debate político como sendo inerente a uma “razão nacional”, ou seja, à forma como estava sendo pensada a construção de uma nação, cuja escravidão, segundo Carvalho, seria um grande obstáculo. Segundo o autor, “as razões filosófica e religiosa eram traduzidas em termos

⁵³ CARVALHO, José Murilo de. A escravidão e a razão nacional. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Este artigo foi publicado primeiramente na Revista de Ciências Sociais *Dados*, em 1988.

⁵⁴ Id. p.35.

⁵⁵ Id. p.38.



políticos. A liberdade, nessa perspectiva, não era um assunto privado, não era um problema do indivíduo. Era um problema público, era a questão da construção da nação”.⁵⁶

As questões apontadas por esses autores auxiliam na reflexão sobre o processo de abolição no Brasil, indicando um dos olhares possíveis sobre tal período. Nesse sentido, ao analisar o jornal *A Reforma* e as publicações em relação à escravidão no Brasil e os projetos que estão sendo debatidos para a sua gradual extinção é necessário observar as questões que estão em pauta de discussão em todo o Império, compreendendo que, para além, dos interesses políticos e de um projeto maior de construção de uma nação, estão também inseridos nesse processo interesses pessoais específicos desses sujeitos. Analisar a questão da abolição apenas pelo viés político inviabiliza a sua compreensão, no entanto, esse aspecto não pode ser ignorado.

Bibliografia

AUTOR DA OBRA. *Título da obra*: subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editor, ano de publicação.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALONSO, Ângela. A apropriação das ideias no Segundo Reinado. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História / PPGUFRGS, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17528/000716785.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29/mar. 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Rio Grande do Sul: escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

⁵⁶ Id. p.61.



CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: Cadernos de Estudos do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS. Porto Alegre. n.13, dez/1995.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2008.

MONTI, Verônica A. Martini. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

PINTO, Natália Garcia. E o trabalhador é cativo: O escravo urbano e seus ofícios na cidade de RAMOS, Gislaine Borba. “*Anda que ninguém te valerá*”: violência contra escravos nas páginas do jornal *A Reforma* (Porto Alegre, 1870-1888). UFRGS: Trabalho de Conclusão de curso em Bacharelado em História, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/30470>. Acesso em: 22/ago/2011.

SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. Breve histórico da imprensa sul-riograndense. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois prá cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre a literatura e a política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História / PPGUFRGS, 2008, p.62. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14689>. Acesso em: 09/dez/2011.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação de Mestrado / PPGUFRGS, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13085>. Acesso em: 10/dez/2011.



ZUBARAN, Maria Angélica. *A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre*. Revista de História e Estudos Culturais Fênix. Ano 6, n.3, 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/vol20mangelica.php>. Acesso em: 07/dez/2011.